

Uma escrita do passado centrada nas guerras

Susani Silveira Lemos França*

Resumo

Diversos tópicos em torno do rei e da governação configuram e caracterizam os escritos medievais, especialmente os cronísticos. Entre esses tópicos, destacam-se as inúmeras passagens sobre as guerras, incluindo antecedentes, desdobramentos e soluções dos conflitos. Essa notável atenção, como destaca a historiografia medievalista, denuncia o quanto a guerra estava entre os aspectos considerados incontornáveis pelos historiadores de outrora para serem lembrados para a posteridade. A proposta deste texto é interrogar as imagens da guerra construídas pelos cronistas portugueses no final da Idade Média, com ênfase nos atributos políticos e sociais do fenômeno tal como aparecem construídos nas histórias desse tempo.

Palavras-chave: Idade Média; Portugal; Crônicas; Guerra.

Guerra digna de louvor,
de perpétua memória,
de honra, fama, de glória
tem el Rei nosso senhor
com muito grande vitória
com os Mouros africanos,
e Gentios Asianos,
Turcos, Rumes, e pagãos,
e muita paz com Cristãos
inimigos de tiranos. (RESENDE, 1973, p.356)¹

É com essas palavras que, entre 1530 e 1533, tempo em que já iam altas as conquistas expansionistas portuguesas, Garcia de Resende (1470-1536) louva a guerra em uma espécie de crônica versificada, intitulada “Miscelânea” e dirigida a Dom João III. Nesse ajuntamento de impressões variadas, o poeta e cronista português propõe-se repensar alguns acontecimentos marcantes da história europeia do século XV, especialmente da segunda metade, e, lamentando as injustificadas guerras e querelas entre outras nações europeias, destaca a legitimidade da guerra levada a cabo pela nação portuguesa contra os não-cristãos. Juízos como esses, de justificação da guerra ou, em

* Professora de História Medieval da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

¹ A escrita das citações de textos medievais foi por mim modernizada para facilitar a leitura.

contraponto, de condenação a ela, são tópicos nos escritos portugueses do século XV, escritos que, em suas construções acerca da guerra, tanto são tocados por uma farta produção escrita que antes deles buscou sistematizar os motivos que tornavam a guerra legítima, quanto se mostram atentos às novas questões colocadas no seu tempo e que vêm redefinir os cenários de guerra.²

Antes, no entanto, de passarmos a esse jogo entre passado e presente³ que perpassa as narrativas e juízos sobre a guerra dos cronistas portugueses, vem a propósito interrogar, de saída, o que significa perguntar acerca da guerra para esses autores que se atribuíram ou a quem foi atribuída a função de escrever um registro “verdadeiro” do passado. Tentar responder a essa questão, no entanto, demanda articular três outras interrogações: primeiramente, que valores foram reivindicados para a escrita do passado naquele tempo? A seguir, quais as bases dessa verdade histórica que articula passado, presente e futuro? Por fim, como são abordados conflitos e guerras nessas narrativas que tinham a pretensão de contar a verdade do ocorrido?

Acerca dos valores conferidos ao fazer histórico, o aspecto geral que merece destaque diz respeito ao caráter utilitário desse conhecimento. O testemunho de um dos tratados do século XV, escrito pelo rei português Dom Duarte (1391-1433), segue justamente nesse sentido. Propõe ele que qualquer escrito deveria cumprir alguma função utilitária,⁴ fosse aperfeiçoar os homens, ensinando “bons costumes e o seguimento das virtudes”, como os tratados de filosofia moral, fosse oferecer exemplos úteis para os senhores e cavaleiros em “tempos de necessidade”, como os tratados sobre a guerra e as crônicas (DOM DUARTE, 1986, p.XII).⁵ Para ele, pois, a utilidade desse gênero de registro estava no seu potencial educativo para os tempos tumultuados; estava, em outras palavras, na sua função de receptáculo de experiências bélicas exitosas e malogradas que, dadas a conhecer, sugeririam circunstâncias em que se deveria avançar nos conflitos e outras em que cabia recuar. O mesmo Dom Duarte, no seu *Livro dos Conselhos*, coloca entre as razões que o levaram a fazer guerra contra os mouros a audiência prévia com os seus confessores, os quais “o louvaram e aprovaram

² Sobre a guerra em Portugal, ver Amado (1991; 1994) e Costa (1998).

³ Sobre o jogo dos tempos na escrita da história medieval, ver Koselleck (2006) e também nota 14.

⁴ A dimensão pedagógica dos textos medievais já foi trabalhada por vários estudiosos, entre os quais: Mário Martins, Rodrigues Lapa e Antônio José Saraiva. Mais recentemente, uma coletânea de autores brasileiros buscou retomar esse aspecto em Mongelli (2001).

⁵ Livro cuja escrita, como adianta o editor Joseph M. Piel, foi interrompida quando o infante Dom Duarte sucedeu Dom João I, e só foi retomado no final de sua vida.

que com a graça de nosso senhor obras [...]” (DOM DUARTE, 1982, p.137) Atitude bem vista pelos cronistas, que condenam a imprudência daqueles que não tiveram o mesmo cuidado em ouvir seus conselheiros, como Dom Fernando (1345-1383), que contrariou o seu conselho sobre a vingança que projetava empreender contra Castela. Aconselhado a não levá-la adiante, Dom Fernando deixou-se guiar apenas por sua vontade, não fazendo caso do parecer dos seus conselheiros e apelando para a suposta intervenção divina a seu favor (LOPES, 1979, p.323). O resultado é desastroso para o reino, que se vê dilapidado pelos altos custos de uma guerra mal projetada, que colocou em risco o bem-estar dos portugueses, sem que seus motivos lhes parecessem justificados. Fernão Lopes (1378-1459?) deixa claro que, se Dom Fernando “se contentara viver em paz, abastado de suas rendas, com grandes e largos tesouros que lhe de seus avós ficaram, nenhum no mundo vivera mais ledado, nem gastara seus dias em tanto prazer [...]” (LOPES, 1979, p.4) Mas Dom Fernando era “grandioso de vontade, e querençoso” de acrescentar a sua fama e valorizar o seu estado, por isso, quando alguns castelhanos, contrários a Dom Henrique de Trastâmara (1334-1379), se aliaram a ele, entendeu que seria “ligeira cousa toda Castella seer sua em pouco tempo”. Tão desmesurada cobiça, não fundada “em boa razom”, trouxe conseqüências devastadoras para a sua reputação e, principalmente, para o seu povo (LOPES, 1979, p.77).

Para além da dupla função utilitária das crônicas, de respaldar juízos ou de ensinar condutas, outros testemunhos acrescentam funções alternativas, tais como o próprio estímulo às virtudes. Nesse caso, a expectativa de que os feitos estariam registrados em crônicas é apontada como um sinal de que o registro histórico seria edificante, já não pelos exemplos ali registrados, mas pela tomada de consciência de que o que ainda viria a ser fixado pela escrita deveria levar a ações louváveis. Tanto o cronista Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) quanto Duarte Galvão (1446-1517) consideram, a esse respeito, que a possibilidade de ser eternizado pela história poderia interferir positivamente nas condutas. O primeiro advoga que um dos benefícios de se preservar a memória dos homens através da história era a possibilidade de serem recompensados por suas grandes ações, pois, para ele, os homens sentir-se-iam desestimulados de se aventurarem por “grandes trabalhos e perigos, se sentissem que pelo falecimento de sua vida se acabaria toda sua relembração.” (ZURARA, 1915, p.118) Já o segundo cronista vê a história menos como recompensa e mais como inspiração, pois ele defende que as ações virtuosas seriam levadas a cabo motivadas

pela expectativa de que não seriam esquecidas, expectativa que distinguia o viver dos homens do viver dos animais (GALVÃO, 1995, p.1).

Tais funções práticas eram ainda mais ressaltadas, porque passado e presente eram indissociáveis para aqueles que então escreviam história. A verdade que perseguiram era uma verdade sustentada sobre o que foi, mas ao mesmo tempo recortada a partir de motivações do que era ou viria a ser, daí seu caráter ao mesmo tempo moralista e memorialista.⁶ Moralista, porque voltada para as referidas funções de espelho de virtudes, nos moldes antigos;⁷ memorialista, porque comprometida em manter presentes acontecimentos passados. As bases da verdade, portanto, implicavam na articulação dessas duas instâncias.

Lembrar o passado na forma de crônica era, para os cronistas, buscar a verdade, e buscá-la era, antes de tudo, fazer coincidir acontecimento e palavra.⁸ Seu memorialismo realista amparava-se, assim, na crença em que, através da seleção adequada e do julgamento imparcial das fontes, seria possível captar a essência dos sucessos e insucessos passados, dado que a linguagem e as coisas estavam coladas.⁹ Daí que se dispusessem a trabalhar com “diligência e cuidado” e acusassem alguns congêneres de fazerem “à verdade [...] grande injúria.” (LOPES, 1952, p.139) Daí, igualmente, defenderem que, sendo honestos e empenhados em selecionar testemunhos, registros aprovados por muitos e “escrituras vestidas de fé”, conseguiriam relatar os acontecimentos exatamente como ocorreram (LOPES, 1973, p.250).

⁶ Luís Felipe Barreto desdobra essa dupla dimensão das crônicas quando reflete sobre a obra de Zurara. (Cf. BARRETO, 1983, p.63-125)

⁷ Cícero entendia a história como “mestra da vida” e esse seu caráter pedagógico justificava as imortalizações que empreendia. Nesse sentido, a história podia constituir num repertório de exemplos políticos e morais. Era a “verdade ética” que deveria estar na mira do historiador: “Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?”. (Cf. *De oratore*, II, 9, 36. In: CICERÓN, 1967) Essa noção de história como mestra da vida foi sintetizada por Koselleck no ensaio “Magistra Vitae” do célebre *Futuro Passado*, em que ele mostra que até o século XVIII existiu a teoria de que da história do passado se podia projetar o futuro. O conhecimento do passado e a previsão do futuro estavam unidos em um horizonte de experiências, dentro do qual não pode suceder nada verdadeiramente novo. Experiências alheias instrutivas e edificantes deviam compor a história, levando os homens a repetir os êxitos passados e afastarem-se dos erros. Se esse *topos* da “história como mestra da vida”, como exemplo, se dissolve no final do século XVIII, a sua durabilidade e plasticidade é notada pelo historiador da “história dos conceitos”, que mostra como vai de Cícero, passa pela experiência cristã da história, por Maquiavel e por Bodin até que, com a revolução francesa, esse sentido se desvanece, abrindo espaço para um futuro inaudito, um futuro alimentado pela revolução e já não por um passado familiar. (Cf. KOSELLECK, 2006, p.41-60)

⁸ Nos moldes da *imitatio* aristotélica, em que os gêneros surgem como forma de reprodução da realidade acontecida. Cf. *Poética*, p.19-22. Sobre essa questão da verdade, ver também B. Guenée (1980).

⁹ Sobre esta questão, ver o clássico de M. Foucault, em que trata dos fundamentos do mundo das similitudes (FOUCAULT, 1985, p.33-34). Ver também o texto de F. R. Ankesmit (1996).

Esse exercício de memória ancorado no acontecimento e, por isso mesmo, pretensamente exato, era, no entanto, modelado pela função moralista. Nesse sentido, o que para a história que se quer científica poderia parecer contraditório, a saber, a aproximação entre a pretensão de afastar “toda afeição” (LOPES, 1973, p.2) e o comprometimento com a edificação moral, para esses cronistas medievais era perfeitamente natural, pois esses dois traços funcionavam como arrimos de uma verdade construída sobre o acontecido, mas atenta ao que estava por acontecer. Se as coincidências entre o acontecimento e o escrito não podiam ser integrais, antes compensava que fossem dirigidas por ideais edificantes, isto é, pelo que se esperava que ficasse para os tempos vindouros. Para o cronista Rui de Pina (1440-1522), os livros, especialmente os de “estória”, que continham os feitos e os costumes dos reis e príncipes, eram “um vivo espelho dos bons exemplos, e das cousas passadas”. O cronista considerava-os “conselheiros mortos”, sempre prontos a ensinar e a dar “verdadeiros e são conselhos, mui livres e isentos das paixões dos Conselheiros vivos [...]” (PINA, 1977, prólogo, p.583)

É nesse jogo de tempos, passado, presente e futuro, que devem ser entendidas as narrativas sobre as guerras e batalhas dos cronistas portugueses do século XV. Também os temas abordados relativamente a essas propiciavam aos historiadores a oportunidade de registrar ações virtuosas. E aqui o respaldo das fontes contribuía no cumprimento dessa função. Num dos livros que consta na biblioteca de Dom Duarte, e que foi traduzido pelo infante Dom Pedro, entre 1433 e 1438, o *Livro dos Ofícios* (Dos Deveres), de Marco Túlio Cícero, o filósofo, orador e político romano começa por distinguir entre duas formas de peleja. E também a por palavras ou argumentos e a por força do corpo, considerando não só que a primeira é própria aos homens e a segunda aos animais, como também que esta última deveria ser escusada quando não a requeresse a necessidade. Cícero adita, ainda, que as guerras nunca deviam ser começadas senão com a intenção de, através delas, se alcançar a paz e nunca com aqueles lugares de onde não se receasse que pudesse vir algum dano (CÍCERO, 1981, p.783-785; 1999, p.19-24). Esse paradoxo do fazer guerra tendo em vista a paz fez fortuna na Idade Média e recebeu diversas atualizações, reaparecendo, entre outros muitos lugares, num manual de guerra de vasta aceitação na Idade Média, o *Institutorum Rei Militaris* (As Instituições Militares), de Vegécio – escrito entre o fim do séc. IV e o princípio do V. Como nas obras de Cícero, neste tratado de cunho didático e moralizador, cujo foco é a arte bélica, surge o ensinamento de que “quem

deseja a paz, deve preparar-se, pois, para a guerra.” (VEGÉCIO, 1849, tradução minha) O ponto defendido ali e em outros tratados é o de que a paz é fruto de conquista e não de inação, ou melhor, de que depende da posse, nem sempre harmônica, do território e do poder, seja o poder concentrado no trono, seja o poder em fatias, representado por títulos, bens e privilégios.

O infante Dom João (1400-1442), por exemplo, em resposta ao conselho solicitado pelo seu irmão Dom Duarte, em 1433 ou 1432, pondera os prós e os contras da guerra aos mouros. O seu primeiro argumento em favor da guerra é o de que, assim como Deus ordenou os “três estados em este mundo pelos quais quis ser servido”, distribuiu um “mester” a cada um, deixando aos “defensores” a proteção do reino, “por justiça e armas”. A dita guerra, segundo o infante, era uma forma de os defensores cumprirem esse desígnio fundamental, fazendo por merecer o prêmio prometido por Deus aos seus servidores. Para respaldar a sua argumentação, Dom João diz que, se suas razões não “forem dignas de fé, deve o de ser a Santa Igreja que para tal feito dá tão grandes e virtuosas Indulgências a qual deus deu tal poderio”. E acrescenta que isso não devia ser desprezado, nem tampouco “os grandes milagres que as verdadeiras crônicas contam em semelhantes guerras serem feitas.” (DOM DUARTE, 1982, p.46-47) As notícias das crônicas e a Igreja aparecem, pois, juntas na justificação da legitimidade da “direita guerra”.

O infante Dom Henrique (1394-1460), à semelhança do seu irmão Dom João, num conselho ao rei Dom Duarte, datado de 1436, defende que “da guerra dos mouros ser serviço de deus não há que duvidar pois a Igreja o determina e pelos grandes milagres e pelas crônicas é autorizado [...]” (DOM DUARTE, 1982, p.118) Essa passagem denuncia o papel decisivo que tiveram as crônicas na consolidação de uma forma de pensar a guerra e de a justificar. Ao lado do discurso da igreja e do discurso legislativo, as narrativas históricas aparecem como um meio de legitimar ou justificar uma guerra que, para os medievais, tanto do ponto de vista concreto quanto simbólico, era uma das principais sustentações do poder cristão e, conseqüentemente, do poder dos reis da Espanha e de Portugal. O combate aos mouros, além de assegurar os benefícios materiais, ajudava a definir e a fortalecer a própria fé. E quando a discussão em cena envolvia essa guerra, os representantes diplomáticos, cuja qualidade variava de acordo com a importância da embaixada, eram escolhidos criteriosamente, como bem ilustra o “Conselho do Conde d’ Ourém” a Dom Duarte, o qual sugere que, na embaixada a Castela para tratar a guerra contra os mouros, o rei devia “enviar as maiores pessoas que

nunca a ele” tinha enviado, pois era embaixada “a serviço de deus [...]” (DOM DUARTE, 1982, p.71)

Apesar de ser, pois, considerada incontornável em muitas circunstâncias, aos protagonistas das guerras, as crônicas aconselharam que agissem visando a proteção do reino ou o seu acrescentamento e, por isso mesmo, as recomendações de Cícero para só se fazer guerra quando necessário e nunca com adversários demasiadamente arriscados não foram inteiramente respeitadas por certos reis. Dom Fernando, na supracitada guerra contra Castela, provavelmente motivado por essa idéia de que a defesa do reino não deveria reduzir-se à proteção do território, antes deveria incluir empreendimentos expansionistas em prol da fé cristã ou da honra e proveito do reino, não se deu ao cuidado de ponderar os eventuais prejuízos e benefícios que a sua política de conquistas poderia trazer ao seu povo. Assim, desejoso de ampliar sua fama e valorizar seu estado, pensou que seria “ligeira cousa toda Castela ser sua em pouco tempo”, cobiça que trouxe, segundo o cronista Fernão Lopes, conseqüências devastadoras para a sua reputação e principalmente para o seu povo (LOPES, 1979, p.77).

Mais feliz foi seu meio irmão Dom João I (1357-1433), o qual, motivado pelos seus filhos, projetou melhor as conquistas de além-mar e abriu caminho para a expansão marítima portuguesa. Retomando o tópico de que a paz e a guerra eram ambas peças da boa política régia, diz sobre ele o cronista Zurara que, malgrado saísse sempre vitorioso nas guerras contra Castela do final do século XIV e início do XV, de “tal modo pelejava que sempre pelejando parecia que buscava paz”. (ZURARA, 1915, p.14) Louvável atitude que deveria ser extensiva a todos os reis, pois recomendável era, por um lado, que fizessem guerra, pensando na paz, como disse Zurara que fazia Dom João I; por outro, que vivessem a paz, preparando a guerra, como outro cronista português, Rui de Pina, louva no prudente Dom João II, o qual, segundo ele, no ano de 1488, ainda que em “pacífica paz” e sem qualquer suspeita de rompimento com o reino vizinho, não perdeu de vista a possibilidade da guerra e tratou de reforçar as fronteiras do reino (PINA, 1977, p.945).

No código legislativo das Sete Partidas (século XIII), principal fonte jurídica da Península Ibérica no final da Idade Média, preparado sob a coordenação do rei Dom Afonso X de Leão e Castela, a guerra é apresentada como tendo duas naturezas, uma boa e uma má. E, ainda, que pressupusesse tanto destruição quanto inimizade entre os povos, ela era considerada o caminho para o seu contrário, a paz, quando feita tendo em vista a defesa e acrescentamento da fé, a lealdade e o serviço a um senhor e o

enaltecimento e honra da terra de origem. A motivação de paz, segundo os antigos, justificava que os homens se submetessem aos desgastes e perigos que eram próprios do pelear, e é esse móbil o atribuído por Rui de Pina a Afonso Henriques (1109-1185), que teria tido um mérito irrefutável: o de lutar, “por seu braço”, contra os inimigos da fé católica, os mouros, e ganhar deles cidades, vilas, castelos e terras. Uma dessas vilas, Santarém, teve o rei uma ambição maior em tomar, pois além de ser a “melhor vila de todo seu reino pela nobreza de seu assentamento”, de onde se podiam avistar campos planos e abundosos, era um “lugar mui forte e guerreiro que fazia mui grande dano em sua terra”. (PINA, 1977, p.945) Especialmente a cidade escolhida por Afonso Henriques depois de deixar Guimarães para reconfigurar sua política de governação, e segundo as palavras atribuídas ao rei com o intuito de convencer os seus da importância de se empenharem e se sacrificarem para tomar posse daquela vila – Coimbra era atingida por muitos “males” vindos dali; e todo o reino há tempos estava ameaçado com a presença moura em lugar tão estratégico, ao ponto de Afonso Henriques dizer que rogava a Deus que não saísse vivo daquela lide não fosse para ver a vila conquistada (LOPES, 1945, p.80-86).

Não menos explícito do que as Partidas quanto ao fundamento benéfico da guerra, nem menos indicativo do seu caráter paradoxal é o tratado de pedagogia política do final do mesmo século de Afonso X, o *Espelho dos Reis*, de Álvaro Pais (1275-1352). Ao exortar o rei de Castela contra os sarracenos, adverte Pais que a guerra deve ser feita por necessidade, pois “não se demanda a paz, para se fazer a guerra, mas faz-se a guerra para alcançar a paz”. E mais, em outra passagem, sugere que o rei exemplar deve procurar “as guerras, não para derramar sangue, mas para dilatar a república cristã.” (PAIS, 1955, cap. II) É ao expansionismo religioso, a propósito, que mais se recorre nos últimos séculos da Idade Média para justificar guerras, e é a tal finalidade que as crônicas mais apelam para legitimar a tomada de outra cidade que, embora não portuguesa, ajuda a redefinir, também no século XV, os destinos históricos portugueses: Ceuta. Consolidado o reinado de Dom João I, depois de serem conquistadas, até 1411, as cidades que obedeciam a Dom Beatriz (1372-1410) e Dom João de Castela (1358-1390), a sua ambição governativa é ampliada para além dos limites do reino, tendo como primeiro alvo viável, descartadas Granada e Gibraltar pelos riscos de novos conflitos com os castelhanos, uma cidade marroquina. Justificações para a escolha da cidade passavam pelas suas qualidades superiores, grandeza, beleza e riqueza, e também pela honra que se alcançaria com tão excepcional feito. Os argumentos dos filhos de

Dom João I que, porém, melhor amparavam a defesa de uma guerra nesse contexto eram, além do sobrelevado valor estratégico e comercial da cidade, dada sua abertura para o mar, a continuidade do “serviço a Deus”, já começado pelos “bem-aventurados reis de Espanha, de cuja linhagem” Dom João descendia (ZURARA, 1915, p.26-29). E, ainda que essa aventura bélica tenha se revelado custosa para os cofres públicos, a cidade é apontada pela cronística dos séculos XV e XVI como palco das realizações que levaram ao recebimento da honra da cavalaria pelos infantes de Avis (ZURARA, 1915, p.180-183).

Defesa do reino e de si mesmo, acrescentamento, serviço a Deus eram, pois, as causas consideradas justas para os empreendimentos desestabilizadores. Esse ideal da cavalaria cristã foi, em grande parte, alimentado em Portugal pela *Demanda do Santo Graal*, obra das mais frequentes nas livrarias portuguesas e que, tendo ganhado espaço entre os iletrados por via oral, ajudou a construir o imaginário aventureiro dos cavaleiros. O condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431), por exemplo, admirava os “feitos” de Galaaz e sonhava igualar-se a ele nesse particular, imitando suas “virtudes” morais e espirituais (PEREIRA, 1911, p.9). A obra que “continha a soma da Távola Redonda” influenciava, pois, tanto a conduta cotidiana do condestável, que reservava uma boa parte do seu tempo para as obrigações espirituais e religiosas, quanto o seu exercício guerreiro, sempre motivado por um princípio religioso ou pelo amor à sua terra. E também os filhos de Dom João I, Dom Fernando e Dom Henrique, tiveram vistas sobre Galaaz e as peripécias dos cavaleiros à procura do “Santo Vaso” ou da graça divina, propondo-se mesmo manterem-se virgens para tentarem aproximar-se da grandeza desse cavaleiro (ÁLVARES, 1911, p.793).

Havia, contudo, outras motivações que, conquanto menos recorrentes, não eram menos relevantes na composição dos cenários de guerra dos cronistas. Fernão Lopes¹⁰ via no reinado do Justiceiro longos períodos de paz e prosperidade, que pareciam não justificar páginas de relembração. E, mais decisivamente, tendo disponíveis as crônicas de Pero Lopez de Ayala para alimentarem sua história sobre Dom Pedro I (1320-1367) de Portugal constrói boa parte da narrativa deste Pedro com passagens da história do Pedro do reino vizinho, este sim envolvido numa trama bélica digna de ser contada. Vários são os capítulos dedicados à guerra entre Castela e Aragão e entre Dom Pedro de Castela (1334-1369) e Henrique II de Trastâmara (1334-1379), seu irmão, que o sucede,

¹⁰ Sobre a dominância do tema da guerra em Fernão Lopes, ver: Amado (1991).

depois de, em 1369, assassiná-lo. Lopes justifica que abordaria o caso, apesar de “tais cousas serem feitos de Castela e não de Portugal”, porque iria tratar do apoio que Dom Pedro de Portugal deu a Dom Pedro de Castela na “grande guerra e muito crua” que este travara com Aragão. E alguns, considera ele, “ouvindo aquilo, desejaram saber que guerra foi esta, ou por que começou e durou tanto tempo”. Por esse motivo, ele não podia se escusar de narrar um pouco dos acontecimentos guerreiros em que se envolveu esse rei e algumas “crueldades” que cometeu e o fizeram fugir para Portugal (LOPES, 1979).

As disputas internas, tendo em vista algumas vilas do reino, entre Dom Dinis e seu filho, futuro Afonso IV, merecem também a atenção dos cronistas, que destacam que nas pelepas morriam muitos de ambas as partes, “porque os pais sem vontade, e certa sabedoria matavam os filhos, e os filhos aos pais, e uns irmãos e amigos há outros sem qualquer piedade, nem misericórdia.” (PINA, 1977, p.293-295 e 306-308) Todavia, apesar de as cidades serem moedas de disputas e trocas ao longo de séculos, a sua dimensão bélica é mais evidente nas referências deixadas pelos cronistas acerca dos cuidados para a preservação das povoações em tempo de guerra ou de iminência dela. Quando ia invadir Castela, Dom Afonso IV, a crer em Pina e no cronista de 1419 – Fernão Lopes –, preocupou-se antes em velar, rodear e abastecer suas vilas e castelos de “mantimentos, e armas, e gentes, e de todo o mais que cumprisse para cercos e para quaisquer outras necessidades de guerra que se lhe sobreviesse [...]” (PINA, 1977, p.397; LOPES, 1945, p.253) Menos precavido, Dom Fernando veio, na percepção de Fernão Lopes, quebrar a tranqüilidade alcançada durante o reinado de seu pai, fazendo sobressair as qualidades bélicas das cidades do reino.

Eram, todavia, as cidades, mais do que palco de cenas de pelepas, os grandes alvos da política de conquista. Nesse sentido, são exemplares os cuidados da rainha Dom Leonor para evitar que Coimbra fosse tomada pelo Mestre de Avis quando dos conflitos sucessórios que acabaram por levá-lo ao trono. A rainha, sabendo que Coimbra era um dos lugares estratégicos do reino, escreve a seu irmão, o Conde Dom Gonçalo, e a seu tio, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, ambos em Coimbra, para que tomassem voz pelo rei de Castela e contra o Mestre, pelo que seriam galardoados com “muitas mercês” (LOPES, 1973).¹¹ Essa disputa por cidades, a propósito, é intensa na

¹¹ Outro, entre vários exemplos, encontra-se em Pina (1977).

crise de 1383-1385, em que a tomada de posição das cidades define os rumos da contenda que resultará na vitória do Mestre de Avis.¹²

As cidades eram, também, os principais pontos de apoio e acolhida dos reis e outras personagens envolvidas nos conflitos, como os embaixadores, que volta e meia vinham estabelecer acordos entre reinos (ZURARA, 1915, p.19). Mas é pelo seu papel de pólos dos acontecimentos guerreiros que vale aqui lembrá-las. Eram elas que padeciam as agruras decorrentes da guerra. Os habitantes de Lisboa, por exemplo, diante da investida de Dom Henrique II de Trastâmara contra a cidade, em 1373, cogitaram apreensivamente alternativas para se protegerem, “uns queriam ir pelejar com o rei de Castela na ponte de Loiras, e ali morrerem”, o que julgavam ser melhor do que esperar para sofrer em Lisboa “tamanho mal”; outros “diziam que era bem que palancassem todas as ruas que saíam ao rossio da cidade” e dali se defenderiam. E neste “alvoroço e cuidado” foram se armando, até que viram chegar Dom Henrique com “grande poderio”, tão grande que, da peleja que armaram, não ficou senão o ímpeto para o mais rápido se porem “a salvo, e acolheram-se àquela parte da cidade que estava cercada, o mais asinha que puderam, com as mulheres e filhos, e cousas que levar podiam”. E na pressa, juntaram-se na cerca “tanto cristãos quanto judeus” e, não bastasse, os bens trazidos foram descarregados em qualquer lugar, gerando depois as mais diversas contendas e, como conclui o cronista: “a segurança que os fez tardar de primeiro não comecem tal trabalho, lhe deu azo de perderem grandes riquezas [...]” (LOPES, 1979, p.194-195)

Eram ainda as cidades, nesses contextos belicosos, pontos de resistência dos governantes, como ocorreu com Coimbra. Quando, em 1246, o irmão de Dom Sancho II, Dom Afonso, conde de Bolonha, marchou sobre Portugal com a finalidade de tomar o trono ao irmão, então excomungado pelo papa Inocêncio IV e indisposto com os nobres do reino, muitos lugares foram tomados “pela força”, mas a cidade, tendo à frente Martim de Freitas, resistiu até a morte de Dom Sancho, de modo “que nunca o conde a pode tomar com quanto afincamento lhe pode fazer até que lha deu de seu grado depois que el rei Dom Sancho foi morto [...]” (LOPES, 1945, p.184) Eram elas, por fim, o lugar por excelência onde se tratava a tão almejada paz e, em contraponto, onde se articulava e preparava a guerra, como aconteceu em Tavira, quando Dom Paio Peres Correia, Mestre de Santiago, quis tomá-la aos mouros. Os habitantes

¹² Um dos exemplos dessas tomadas de posição encontra-se em Lopes (1973).

contemplaram as condições em que se encontravam, “já perto do mês de junho em que haviam de recolher seus pães” e depois tempo de “secarem e aproveitarem suas passas e frutas, decidiram que era bem de procurarem pôr com o Mestre tréguas até o São Miguel de Setembro.” (PINA, 1977, p.181)

Haveria, entretanto, muito mais a dizer acerca do papel guerreiro das cidades na cronística quatrocentista, mas o que foi mencionado dá uma idéia de como os contextos de guerra circundaram de diversos modos o meio urbano e de como marcaram o cotidiano dos cidadãos, num tempo em que os reinos lutavam por sua soberania e constituíam-se como estados. Para os cronistas¹³ a quem coube a tarefa de registrar a trajetória de consolidação de Portugal como reino independente e depois rumo à monarquia absoluta, com Dom João II (1455-1495), a dimensão bélica foi a que mais se sobressaiu, pois foram os conflitos que ajudaram a tornar notória a grandeza, a valentia e a perseverança portuguesa desde Dom Afonso Henriques, como foi mencionado acima, até o Príncipe Perfeito, Dom João II, passando pelo empenhado rei da Boa Memória, Dom João I, cujas hostes, comandadas por Nuno Álvares Pereira, venceram o exército muito mais volumoso dos adversários castelhanos (LOPES, 1973, p.158-161).

O percurso aqui empreendido, vale concluir, embora tenha partido dos juízos de justificação ou de condenação da guerra como tópicos nos escritos portugueses do século XV, teve como finalidade mostrar a centralidade da memória da guerra nos registros cronísticos, registros que procuram conferir unidade ao mundo passado, deslizando entre veracidade, testemunho e compilação de escritos anteriores.¹⁴ Examinar, pois, como os cronistas medievais enfatizaram a guerra e que aspectos consideraram dignos de menção não significa, nem de longe, uma suposta pretensão a mostrar os limites da sua visada sobre o mundo; ao contrário, o que importa é assinalar que a sua visada contribuiu decisivamente para a dimensão espetaculosa conferida às guerras. Mesmo que, como lembra Phillippe Contamine, os exércitos medievais tenham sido muito menos avultados que os dos Estados da Antiguidade, do Antigo Regime ou

¹³ Sobre o papel desses cronistas, Bernard Guenée traz um contributo significativo, ao romper com a tendência de estudos sobre a produção cronística que se mostravam sobretudo preocupados em destacar o traço fundamental que definia tal produção, a “unidade cristã”, o finalismo cristão. Guenée parte para uma interrogação, confrontando a produção não apenas francesa, mas de vários países, sobre quem era o historiador medieval, de que meios e fontes dispunha para escrever sua história, que princípios o conduziam (como o de verdade, por exemplo), entre outros aspectos. O grande mérito da sua abordagem é deslocar o enfoque do fundamento, ou fundamentos da história medieval, para o próprio trabalho do historiador, ajudando-nos assim a entender o processo lento de desenvolvimento técnico da história, bem como sua afirmação na sociedade medieval (Cf. GUENÉE 1980; 1982; 1997a; 1997b).

¹⁴ Sobre esses aspectos, vale uma aproximação aos relatos de viagem medievais, pois também eles se constroem sobre esses parâmetros (Cf. WOLFZETTEL, 1996).

ainda das grandes dominações asiáticas, a existência medieval recebeu uma decoração militar. A guerra inspirou os divertimentos – justas, torneios, caçadas –, a arquitetura – torres, muralhas –, as vestimentas – armaduras, elmos, cota com o símbolo do seu exército, cinturão de cavaleiro, esporas etc. – (Cf. CONTAMINE, 2003, p.482-483) e a história dos cronistas medievais ajudou a construir essa parte do contexto medieval que lhes pareceu tão digna de memória.

Abstract

Several topics surrounding the King and governance shape and characterize the medieval writings, especially the chronicles. Among those topics distinguish a countless number of passages on war, including its antecedents, events and conflict solutions. This remarkable attention, as emphasized by the medievalist historiography, shows how war was among the aspects given as inevitable to those writers who sought to be remembered in posterity. This text aims at questioning the images of war so built by the Portuguese Chronicle authors at the end of the Middle Age, with emphasis on the phenomenon's political and social attributes as they are shown in the stories of the time.

Key words: Middle Age; Portugal; Chronicles; War.

Referências

ÁLVAREZ, Fr. João. *Chronica do Infante Santo D. Fernando*. (ed. crítica por Mendes dos Remédios). Coimbra: F. França Amado, 1911.

AMADO, Teresa (coord.). *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994.

AMADO, Teresa. *Fernão Lopes Contador de História*. Lisboa, Estampa, 1991.

ANKERSMIT, F. R. La verdad em la literatura y em la historia. In: OLABARRI, I.; CASPITEGUI, F. J. *La "nueva" historia cultural: la influencia del posestructuralismo y el auge de la interdisciplinariedad*. Madrid: Complutense, 1996.

BARRETO, L. F. Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição. In: BARRETO, L. F. *Descobrimientos e renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

CÍCERO, M. T. *Dos deveres*. (trad. Angélica Chiapeta). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CÍCERO, M. T. Livro dos ofícios. Trad. I. D. Pedro. In: CARMO, M.; DIAS, M. C. *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmão, 1981. p.783-7885

CICERÓN, M. T. *El orador*. (ed. Bilingüe). Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón: Alma Mater, 1967.

CONTAMINE, P. *La Guerre au moyen age*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, 6ª ed. (1ª ed. 1980).

COSTA, R. *A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Paradoxos, 1998.

DOM DUARTE. *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*. (ed. crítica de Joseph M. Piel). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

DOM DUARTE. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*. (ed. diplomática de João José Alves Dias). Lisboa: Estampa, 1982.

DOM GALVÃO. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Apresentação de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GUENÉE, B. Chancelleries et monastères. La mémoire de la France au Moyen Âge. In: GUENÉE, B. *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997a.

GUENÉE, B. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.

GUENÉE, B. Les Grandes Chroniques de France. In: GUENÉE, B. *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997b.

GUENÉE, B. *Politique et histoire au Moyen Age*. Recueil d'études sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956-1980). Paris: Sorbone, 1981.

GUENÉE, B. Histoire et chronique: nouvelles réflexions sur les genres historiques au Moyen Age. In: GUENÉE, B. *La chronique et l'histoire au moyen age*. Textos reunidos por Daniel Poirion. Paris: Presses de l'Université de Paris, 1982.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira). Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, R. Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira). Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.41-60.

LOPES, Fernão. *Crónica de Cinco Reis de Portugal*. (ed. diplomática A. Magalhães Basto). Porto: Civilização, 1945.

LOPES, Fernão. *Cronica del rei Dom João I de boa memória: parte primeira*. (ed. Braamcamp Freire). Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

LOPES, Fernão. *Crónica do senhor rei Dom Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979.

LOPES, Fernão. *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952.

MONGELLI, Lênia M. (coord.) *A literatura na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAIS, Á. *Espelho de Reis*. (ed. Miguel Pinto de Meneses). Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1955.

PEREIRA, Nuno Alves. *Crónica do Condestabre de Portugal*. Coimbra: ed. Mendes dos Remédios, 1911.

PINA, R. *Crônicas*. (ed. M. L. de Almeida). Porto: Lello & Irmão, 1977.

RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

VEGÉCIO, Flávio. *Institutorum Rei Militaris/Les institutions Militaires*. (ed. bilingue de M. Nissard). Paris: J.J. Dubochet, 1849.

WOLFZETTEL, F. *Le discours du voyageur*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. (ed. Francisco Maria Esteves Pereira). Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.